**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 015/2015**

**PROCESSO Nº 23117.000614/2015-74**

**OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE CUPINS NAS DEPENDÊNCIAS DA UFU / UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, NOS CAMPI E UNIDADES ISOLADAS EM UBERLÂNDIA/MG, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS, DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UNIDADES EXTERNAS AOS CAMPI E EM VEÍCULOS (ÔNIBUS) PERTENCENTES À INSTITUIÇÃO, CONFORME PROJETO BASICO .**

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**DATA:** **06/****04/2015**

**HORÁRIO:** **9h****00min.**

**Endereço Eletrônico:** [***www.comprasnet.gov.br***](http://www.comprasnet.gov.br)

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/20****15**

**PROCESSO Nº 23117.000614/20****15-74**

1. **DO PREÂMBULO**
	1. **A DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA,** com sede e administração na Av. João Naves de Ávila, nº. 2121, Campus Santa Mônica, CEP: 38400-902, em Uberlândia, Estado de Minas Gerais, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberta a Licitação por **PREGÃO ELETRÔNICO nº.** **015/20****15, do tipo MENOR PREÇO,** observadas as disposições da Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, do Decreto nº. 3.555 de 08/08/2002, Decreto 5.450, de 31/05/2005, e, subsidiariamente da Lei nº. 8.666, de 21/06/1993, do Decreto nº. 3.722, de 09/01/2001, do Decreto nº. 4.485, de 25/11/2002, do Decreto nº. 2.271, de 07/07/1997, e, ainda as condições estipuladas neste Edital.
2. **DA LEGISLAÇÃO E DEFINIÇÕES IMPORTANTES**
	1. A presente licitação pública reger-se-à, principalmente, pelos comandos legais seguintes:

## Lei nº 8.666/93, de 21/6/1993, e alterações posteriores - Lei de Licitações;

## Lei nº 10.520, de 17/7/2002, Lei que instituiu o Pregão para aquisição de bens e serviços comuns;

## Decreto Federal nº 3.555, de 8/8/2000 - alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20/12/2000 – Aprovação do Regulamento do Pregão para aquisição de bens e serviços comuns;

## Decreto Federal 5.450, de 31/5/2005, Regulamenta o Pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns;

## Decreto 3.722, de 9/1/2001, Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

## Decreto 4.485, de 25/11/2002, Nova redação a dispositivos do Decreto nº 3.722;

## Decreto 2.271, de 7/7/1997, Disposição sobre a contratação de serviços pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional;

## Lei nº 8.078, de 11/9/90 – Código de Defesa do Consumidor;

## Demais legislações pertinentes e exigências deste Edital e seus Anexos.

## Para efeito deste Edital devem ser consideradas algumas definições importantes, tais quais:

## Pregão – modalidade de licitação em que a disputa pelo fornecimento de bens ou serviços comuns é feita em sessão pública, por meio eletrônico.

## Bens e Serviços Comuns – aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser concisa e objetivamente definidos no objeto do Edital, em perfeita conformidade com as especificações usuais praticadas no mercado.

## Termo de Referência – documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado e o prazo de execução do contrato.

## Universidade Federal de Uberlândia / UFU - órgão licitador.

## Licitante – pessoa jurídica que adquiriu o presente Edital e seus elementos constitutivos/Anexos.

## Licitante Vencedora – pessoa jurídica habilitada neste procedimento licitatório e detentora da proposta mais vantajosa, à qual for adjudicado o objeto deste Pregão.

## ME – Microempresa.

## EPP – Empresa de pequeno porte.

1. **DO OBJETO**

* 1. **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE CUPINS NAS DEPENDÊNCIAS DA UFU / UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, NOS CAMPI E UNIDADES ISOLADAS EM UBERLÂNDIA/MG, E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS, DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO NAS DEPENDÊNCIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, UNIDADES EXTERNAS AOS CAMPI E EM VEÍCULOS (ÔNIBUS) PERTENCENTES À INSTITUIÇÃO, CONFORME** **PROJETO BÁSICO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES DESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.**
		1. A descrição detalhada dos itens constam no Termo de Referência, Anexo IV, deste Edital, tendo as Licitantes interessadas em participar desta Licitação, que analisá-los cuidadosamente, pois que, em caso de divergência entre o mesmo e a especificação divulgada pelo site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), prevalecerá a descrição do Termo de Referência para efetivação do contrato.
1. **DO EDITAL**

## A Empresa interessada em participar desta Licitação terá que examinar o Edital, disponível no site da Universidade Federal de Uberlândia, no endereço: [www.licitacoes.ufu.br](http://www.ufu.br), ou requerer cópia na Comissão Permanente de Licitação, na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Térreo, Campus Santa Mônica, Uberlândia-MG., CEP: 38400-902, ou ainda, solicitá-lo através do endereço eletrônico: licita@reito.ufu.br.

## A interessada somente arcará com ônus, se optar pela cópia.

## Considerando a possibilidade de retirada eletrônica deste Edital, o qual se encontra disponível no site: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), prevalecerá, em caso de divergência, o Edital adquirido conforme item 4.1.

* 1. A Empresa interessada deverá examinar cuidadosamente o presente Edital e seus anexos, bem como ter pleno conhecimento da legislação pertinente, pois alegações de desconhecimento das suas disposições não serão aceitas para justificar eventuais divergências ou erros existentes em seus Documentos de Habilitação ou na Proposta.
	2. **DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL**
		1. Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar este Edital, ou seja, até o dia 31/03/2015.
		2. A impugnação deverá ser feita por escrito, podendo ser enviada pelo Correio, com aviso de recebimento, ou ser protocolada na Comissão Permanente de Licitação/COLIC, situada no andar térreo da Reitoria da Universidade Federal de Uberlândia, na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Campus Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP: 38400-902.
			1. Se a impugnação for encaminhada pelo Correio, deverá ser entregue na Universidade Federal de Uberlândia até o prazo limite fixado no subitem 4.5.1.
		3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pela Diretoria de Compras responsável pelo Edital, decidir sobre a impugnação interposta, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas do momento de seu recebimento.
		4. Se acolhida à impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para realização do certame.
		5. O(s) pedido(s) de esclarecimento(s) referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, através do endereço: [licita@reito.ufu.br](http://www.comprasnet.gov.br).
		6. A impugnação protocolada tempestivamente, não impedirá a Licitante de participar do processo licitatório, caso a decisão não seja prolatada antes da data marcada para abertura da Sessão Pública.
1. **DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
	1. Após divulgação do Edital, as Licitantes interessadas deverão encaminhar suas propostas, com a descrição do objeto ofertado, o preço e a Planilha de Formação de Custos, até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
	2. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante, a qual deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, e que está apta para  objeto desta licitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.
		1. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas no Decreto 5.450/2005.
	3. A sessão pública dar-se-á:
		1. **DATA:** **06/****04/20****15**
		2. **HORÁRIO:** **9h****00min.**
		3. **Endereço Eletrônico:** [***www.comprasnet.gov.br***](http://www.comprasnet.gov.br)
		4. Quaisquer dúvidas durante a realização da sessão pública poderão ser dirimidas pelo telefone (0\*\*34) 3239 4847 e/ou (0\*\*34) 3239 4896 e/ou (0\*\*34) 3239 4882.

## DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

* 1. Não poderão participar as empresas que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução, liquidação, estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidas com suspensão do direito de licitar e contratar pela Universidade Federal de Uberlândia.
	2. Somente poderão participar as Empresas pertencentes ao ramo do objeto da licitação, credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por intermédio do *site*: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
	3. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.
	4. Como requisito para participação do Pregão Eletrônico, a Licitante terá que manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital.
1. **DO CREDENCIAMENTO**
	1. A Licitante terá que se credenciar no sistema “Pregão Eletrônico”, no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis antes da data de realização do Pregão Eletrônico.
	2. O credenciamento dependerá de registro atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
	3. O credenciamento será efetivado pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível para acesso ao sistema eletrônico.
	4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da Licitante ou de seu Representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
	5. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a esta Universidade, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
2. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
	1. As despesas para atender ao objeto desta licitação, correrão à conta do Orçamento Geral de União, ou seja:
	* **PTRES: 87634**
	* **Elemento de Despesa: 3390.39**
	* **Fonte: 0112.**
3. **DO ATO DE DESIGNAÇÃO DO PREGOEIRO E DE SUA EQUIPE DE APOIO**
	1. Todos os procedimentos desta Licitação serão conduzidos pelo(s) Pregoeiro(s), designado(s) pela Portaria/Reitoria nº 293, de 31 de março de 2014 e sua respectiva Equipe de apoio, nomeada pela Portaria R nº 781, datada de 13 de agosto de 2014.
	2. O Pregoeiro poderá, ainda, convocar, através de Ato administrativo, servidor(es) da área ou unidade administrativa responsável pela especificação do objeto deste Pregão.
4. **DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA DE PREÇOS**
	1. A Proposta de Preços, contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado, e, se for o caso, o respectivo anexo, deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de Propostas.
		1. Se houver necessidade de envio de anexo(s), o Pregoeiro usará a opção do sistema “Convocar Anexo”, selecionando na tela a Licitante convocada a encaminhar o mesmo.
		2. A(s) especificação(ões) detalhada(s) deverá(ao) constar, **obrigatoriamente**, no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO” no sistema COMPRASNET, devendo constar inclusive marca, entre outras informações, do objeto ofertado.
		3. O não cumprimento do item acima implicará na **desclassificação** automática da(s) licitante(s) no referido item.
	2. A Licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a Sessão Pública.
	3. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
	4. Incumbirá à Licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
5. **DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**
	1. A Proposta de Preços, ajustada ao lance vencedor; a Declaração de Elaboração Independente de Proposta, conforme Modelo 3, Anexo III; e, todo e qualquer anexo necessário, deverão ser elaborados em papel que identifique a Licitante, constando inclusive o número do CNPJ, bem como o nome e a assinatura do responsável pela mesma e ainda os documentos de habilitação, terão que ser encaminhadas ao Pregoeiro, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas a partir da sua solicitação, via Chat, pelo fax nº (0\*\*34) 3239 4896 e/ou (0\*\*34) 3239 4831, observadas as seguintes exigências:
		1. Ser datilografada ou impressa; as especificações terão que ser redigidas com clareza, completas, minuciosas, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, em conformidade com a descrição do Termo de Referência, rubricadas todas as suas folhas, exceto a última, que conterá data, nome, cargo e assinatura do responsável ou representante legal da empresa;
		2. Conter as especificações do objeto de forma clara, obedecendo à mesma ordem de numeração do Termo de Referência, descrevendo detalhadamente os serviços, ressaltando-se que será desclassificado aquele que, seja qual for o motivo, venha a apresentar documentação incompleta ou deixe de comprovar qualquer característica do serviço proposto;

**11.1.2.1.** A proposta deverá ser apresentada em conformidade com o descrito no campo “descrição detalhada” no site “comprasnet”, obedecendo às especificações do Edital e seus anexos.

* + 1. Fazer menção ao número deste Edital, conter a razão social da licitante, seu CNPJ/MF e endereço completo, Fone, E-mail, Fax, Nome do Representante. A ausência do CNPJ e/ou endereço completo poderá ser preenchida pelos dados constantes no sistema eletrônico;
		2. O prazo de validade da Proposta: 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de sua Abertura;
		3. A indicação de nome ou razão social da Licitante, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como: nome, estado civil, profissão, CPF, Carteira de Identidade, domicílio e cargo na empresa, para fins de assinatura do contrato;
		4. Declarar expressamente de que os preços apresentados são absolutamente líquidos, já incluídos todos os custos, diretos ou indiretos, inerentes ao objeto (salários, tributos, encargos sociais, fretes, material, etc.);
		5. O faturamento mínimo, se houver;
		6. O Banco, a Agência, a Cidade praça de pagamento e o número da Conta Corrente, para a emissão da Ordem Bancária;
		7. Conter a assinatura do Representante Legal da Empresa, estando esta condição devidamente comprovada:

#### 1º - no caso de proprietário ou sócio, através de consulta “on line” ao SICAF;

#### 2º - na situação de não cadastrado ou irregular no SICAF, através do Contrato Social da Empresa;

3º - não sendo proprietário nem sócio, por Procuração (assinada pelo proprietário ou por um sócio com tal poder), com o respectivo reconhecimento de firma efetuado por Cartório.

* 1. Para o encaminhamento da proposta de preços objeto desta Licitação, a Licitante deverá cumprir todas as condições previstas neste Edital, devendo encaminhar inclusive o Anexo, se for o caso, conforme convocação do Pregoeiro.
	2. A Proposta de Preços original deverá ser apresentada ou encaminhada ao Pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados do encerramento da Sessão Pública, na Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 3P, térreo, Campus Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902.
	3. Se o(s) prazo(s) indicado(s) no(s) item(ns) 11.1.4 não estiver(em) expressamente indicado, a sua exigência será considerada como implicitamente aceita.
	4. Os preços serão cotados em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em algarismo e por extenso, prevalecendo o segundo no caso de divergência entre os dois.
	5. A apresentação da proposta implica a aceitação plena deste Edital e de seus termos, não cabendo qualquer alegação posterior quanto ao não entendimento do mesmo, em qualquer fase do processo licitatório.
1. DA COMPETITIVIDADE - FORMULAÇÃO DE LANCES
	1. Aberta a etapa competitiva – Sessão Pública – as Licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a Licitante imediatamente informada, on-line, do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor:
		1. **Ao formularem seus lances, os fornecedores participantes terão que oferecer lances nos valores globais para cada item, observando que, o valor total dividido pelo quantitativo requerido não pode resultar num valor unitário que extrapole o número de duas casas decimais após a vírgula (casa dos centavos). Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens fazendo arredondamentos a menor, de forma que o valor unitário (com no máximo duas casas decimais após a vírgula – casa dos centavos), multiplicado pelo quantitativo resulte num valor, no máximo, igual ao valor do último lance ofertado**;
		2. As Licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos;
		3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema eletrônico;
			1. O sistema registrará os lances encaminhados pelas Licitantes, cujos valores sejam inferiores ao último por estas ofertadas. Caso a Licitante não tenha interesse em baixar o seu lance relativamente ao primeiro colocado, esta poderá encaminhar lance com valor superior ao menor lance registrado, desde que seja inferior ao último lance por ela ofertado.
		4. Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.
	2. As licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico, sendo vedada à identificação do seu detentor.
	3. A etapa de lances será encerrada automaticamente mediante aviso de seu fechamento iminente às Licitantes, por meio do Sistema Eletrônico.
	4. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o sistema poderá permanecer acessível às Licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados:
		1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 30 (trinta) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação por parte do Pregoeiro, aos participantes.
2. DO PROCEDIMENTO, JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS
	1. Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro julgará preliminarmente as propostas de **menor preço,** e poderá encaminhar contrapropostas pelo sistema eletrônico diretamente à Licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido preço melhor.
	2. Serão admitidas propostas com preços superiores aos de Referência da Universidade, até o limite de até 20% (vinte por cento), como critério de aceitabilidade de preço.
	3. Caso não haja propostas até o limite de 20% (vinte por cento) acima do valor de Referência, o item será cancelado.
	4. Caso julgue necessário, qualquer esclarecimento técnico, antes de concluir pela aceitabilidade da Proposta, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, sendo a mesma retomada após a decisão do Pregoeiro.
	5. O Pregoeiro solicitará, via *chat*, à Licitante com o **menor preço global por item,** a proposta e os documentos de habilitação, que deverão ser transmitidos em até 2 (duas) horas pelos fax nº (0\*\*34) 3239 4896 e/ou (0\*\*34) 3239 4831.
	6. Recebidos os documentos via fax, será analisada a proposta de **menor preço ,** procedendo-se a aceitação da melhor oferta.
	7. Na hipótese de a proposta ou do lance de menor valor não ser aceito ou se a **Licitante Vencedora** desatender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do **menor preço,** e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital. Nesta hipótese, o Pregoeiro poderá ainda negociar com a Licitante para obter preço melhor.
3. DA HABILITAÇÃO
	1. Para a verificação da validade dos documentos das Empresas, o Pregoeiro aplicará as seguintes medidas:
		1. Após o encerramento dos lances o Pregoeiro fará a consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, das Licitantes Vencedoras;
		2. Serão aceitas como válidas aquelas certidões obrigatórias, assim indicadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, quando da abertura do processo de habilitação. Caso seja constatada alguma certidão vencida, a empresa adjudicada deverá transmitir a correspondente certidão negativa válida via fax pelos nºs (0\*\*34) 3239.4831 e/ou (0\*\*34) 3239.4896; com os demais documentos complementares de habilitação;
		3. São consideradas certidões de regularidades: Quitação junto à Receita Federal, Dívida Ativa da União, FGTS e INSS; e
		4. Constituem documentos complementares de habilitação ao presente certame:
	2. Além da documentação necessária conforme legislação vigente, Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores - SICAF e Edital, a(s) Licitante(s) deverá(ão) apresentar a seguinte documentação complementar:
		1. Atestado ou declaração de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da Licitante, que comprove que a empresa prestou ou vem prestando serviços pertinentes e compatíveis em natureza e quantidade com o objeto desta licitação.
		2. Comprovação de que a Licitante possui Responsável Técnico, com formação na área afim para prestar os serviços;
		3. Cópia autenticada do Alvará Sanitário atualizado.
		4. Atestado de vistoria técnica realizada no complexo da **UFU**, conforme instruções no item 22 do projeto básico referente ao item 1 deste edital, **MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA/VISTORIA** (item 22.1.), ou a **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA/VISTORIA** (item 22.2.). e item instruções no item 23 do projeto básico referente ao item 2 **MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISITA/VISTORIA** (item 23.1.), ou a **DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISITA/VISTORIA** (item 23.2.).
			* 1. (Referente ao item 1 deste edital). Os interessados deverão agendar horário para visita técnica por meio do Laboratório de Resíduos Químicos (LRQ) da Diretoria de Sustentabilidade Ambiental (DIRSU), situado no Bloco 5J, pelos telefones (34) 3236-1301, com Júlio César, e (34) 3236-1301 com Prof. Euclides Honório de Araujo. Nesta visita técnica, será feita avaliação dos serviços a serem executados, além de obtenção de informações pertinentes à infraestrutura predial da UFU, bem como esclarecimentos adicionais. Para participar da visita técnica, os responsáveis ou procuradores das empresas deverão apresentar contrato social que tenha seu objeto social condizente com o objetivo deste edital;
				2. (Referente ao item 2 deste edital). Os interessados deverão agendar horário para visita técnica através do telefone (34) 3239-1301 ou 3291-8914 Diretoria de Sustentabilidade Ambiental com Sr. Júlio César Costa ou com o Prof. Euclídes Honório de Araújo, onde será feita avaliação dos serviços a serem executados, conhecer o complexo da UFU, bem como esclarecimentos adicionais. Para participar da visita técnica, os responsáveis ou procuradores das empresas deverão apresentar contrato social que tenha seu objeto social condizente com o objetivo deste edital; .
		5. Comprovante de que a licitante cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, por meio de registro na DRT do Ministério do Trabalho, se for o caso, ou declaração de isenção do comprovante amparado pela legislação.
	3. Os documentos acima mencionados deverão ser imediatamente encaminhados ao Pregoeiro pelo fax nº (0\*\*34) 3239 4831 e/ou (0\*\*34) 3239 4896, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contados a partir da comunicação do Pregoeiro via *“chat”* do sistema*.*
	4. Toda a documentação apresentada deverá ser correspondente a um único CNPJ, salvo, no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede.
		1. Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelos órgãos competentes, constando da documentação apresentada.
	5. A documentação original, juntamente com a Proposta original, ou por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas, por servidor da Administração ou publicação em órgão de imprensa oficial, dentro do prazo de validade prescrita para cada um deles pelo órgão emissor, deverá ser apresentada ao Pregoeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do encerramento da Sessão Pública.
	6. Serão consideradas habilitadas as Licitantes que apresentarem a documentação descrita acima, e, que estiver com a situação regular no SICAF, ou apresentar as Certidões mencionadas no subitem 14.1.3 e 14.1.4, devidamente atualizadas.
4. **DA DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA E INABILITAÇÃO DE LICITANTE**
	1. Serão desclassificadas as propostas que:
		1. não atenderem às exigências do item 11 “Encaminhamento da Proposta Vencedora”, com base nos incisos I e II, do art. 48, combinados com os §§ 2º e 3º, do art. 44, da Lei nº 8.666/93, bem como ser inabilitada se não atender às exigências do item 14;
		2. imponham condições;
		3. apresentarem com preços excessivos ou comprovadamente inexequíveis;
		4. descumpram requisitos estabelecidos neste Edital.
5. **DA ADJUDICAÇÃO**
	1. A adjudicação do objeto deste Edital será **feita a licitante que ofertar** o **menor preço**
	2. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório, sendo a **LICITANTE VENCEDORA** convocada para , no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação da Divisão de Contratos.
	3. Na assinatura do contrato ou na retirada da Nota de Empenho será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, as quais deverão ser mantidas pela Licitante durante toda a vigência contratual.
	4. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias corridos, a Universidade consultará, formalmente, dentro do prazo acima, a Licitante sobre a possibilidade de extensão do prazo de validade da proposta. E em aceitando a condição, estará prorrogada automaticamente a validade acima referida, por igual prazo.
6. **DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO**
	1. A critério da Administração, as quantidades constantes do presente processo, em razão de fatos supervenientes, poderão sofrer acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicialmente adjudicado, com fulcro no § 1º, do Art. 65, da Lei nº 8.666/93, salvo a supressão decorrente de acordo celebrado entre as partes.
7. **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**
	1. Caberá à **Licitante Vencedora**:
		1. arcar com todos os ônus ou obrigações decorrentes da legislação da seguridade social, trabalhista, tributária, fiscal, securitária, comercial, civil e criminal, no que se relacionem com os serviços ora contratados, inclusive no tocante a seus empregados, dirigentes e prepostos;
		2. responder, por si e por seus sucessores, integralmente e em qualquer caso, por todos os danos e prejuízos de qualquer natureza, causados à Universidade ou a terceiros, por seus empregados ou serviços;
		3. responder pela idoneidade e pelo comportamento de seus responsáveis técnicos, empregados, prepostos, subordinados e eventuais subcontratados no trato com a Universidade através de seus prepostos;
		4. ensejar, por todos os meios ao seu alcance, o mais amplo exercício da Fiscalização da Universidade, proporcionando fácil acesso aos serviços em execução e atendendo, prontamente, às observações e exigências que lhe forem dirigidas;
		5. manter durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
	2. Caberá à **Universidade**:
		1. alocar os recursos financeiros necessários para cobrir as despesas de execução dos serviços, efetuando os pagamentos na forma convencionada neste Edital e seus anexos;
		2. fiscalizar através de servidores devidamente designados para este fim e indicados pelo(a) **Universidade,** o andamento e execução dos serviços contratados;
		3. esclarecer a **Licitante Vencedora**, no que se fizer necessário, ao cumprimento das obrigações assumidas.
8. **DAS PENALIDADES**
	1. No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a **Universidade**, garantida a prévia defesa, aplicar-se á, as seguintes sanções:
		1. Advertência;
		2. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por ocorrência de fato em desacordo com o estabelecido neste Edital e na proposta da(s) Licitante(s) Vencedora(s), até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total a ser contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
		3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;
		4. Suspensão Temporária para participar de Licitações e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Uberlândia;
		5. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sendo a reabilitação concedida sempre que a Licitante ressarcir a Universidade Federal de Uberlândia pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
		6. Impedimento de licitar e de contratar com a Universidade Federal de Uberlândia, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, à Licitante que:
			1. ensejar o retardamento do fornecimento do objeto deste Pregão;
			2. não mantiver a proposta, injustificadamente;
			3. comportar-se de modo inidôneo;
			4. fizer declaração falsa;
			5. cometer fraude fiscal;
			6. falhar ou fraudar na execução do objeto deste Edital.
	2. Pelos motivos que seguem principalmente, a(s) Licitante(s) Vencedora(s) estará(ão) sujeitas às penalidades tratadas na condição anterior:
		1. Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Pregão.
	3. Além das penalidades citadas, a(s) Licitante(s) Vencedora(s) ficará(ão) sujeita(s), ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.
	4. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Uberlândia, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar coma Administração Pública poderão ser aplicadas à **Licitante Vencedora** juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
9. **DA RESCISÃO**
	1. A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93.
	2. A rescisão do Contrato poderá ser:
		1. determinada por ato unilateral e escrito da Universidade Federal de Uberlândia, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a(s) Licitantes(s) Vencedora(s) com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
		2. amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo neste Pregão, desde que haja conveniência para a Universidade Federal de Uberlândia;
		3. judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.
	3. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
	4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
10. **DO RECURSO**
	1. Admitir-se-á a interposição de recursos, desde que tenha havido manifestação prévia nesse sentido, pela Licitante interessada, até o final da sessão pública, sendo a síntese das suas razões registrada em ata.
	2. O prazo para interposição de recurso e apresentação de contra-razões é de 3 (três) dias úteis;
		1. O prazo para interposição de recurso é contado a partir da data de lavratura da ata de que trata o item 21.1 e a apresentação de contra-razões, caso seja do interesse das demais Licitantes, é contado do término do prazo recursal.
	3. O encaminhamento de memorial e de eventuais contra-razões pelas demais Licitantes, caso queiram, serão realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios;
	4. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, até o prazo final da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico, implicará a decadência do direito da Licitante, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto à Vencedora.
	5. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão acolhidos.
	6. Caberá ao Pregoeiro receber, examinar e instruir recurso impetrado contra suas decisões, podendo reconsiderá-las.
		1. Não sendo reconsiderada a decisão, o Pregoeiro enviará o recurso ao Reitor/Ordenador de Despesas, ao qual caberá a apreciação e decisão definitiva.
		2. O recurso contra a decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
	7. O acolhimento do recurso implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento;
	8. Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, o Reitor/Ordenador de Despesas poderá homologar a adjudicação para determinar a contratação.
	9. Aplicam-se as demais disposições do Decreto nº 3.555/2000, quanto aos procedimentos de recursos, bem como o disposto na Lei 8.666/93, no que couber, quando forem omissos os Decretos nºs 3.555/2000 e 3.697/2000.
11. **DA CONTRATAÇÃO E DOS ANEXOS**
	1. Farão parte da contratação, além do Edital, todos os demais anexos que compõem o presente Processo Licitatório, a saber:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | Anexo I | - | Modelo 1 | - | Declaração de Fatos Impeditivos; |
|  | Anexo II | - | Modelo 2 | - | Declaração de que não emprega menor de 16 anos; |
|  | Anexo III | - | Modelo 3 | - | Declaração de elaboração independente de proposta; |
|  | Anexo IV | -  | Termo de Referência; |
|  | Anexo V | - | Minuta Contratual. |

* 1. Faz parte ainda, da contratação, o **Projetos Básicos referentes aos itens 1 e 2 deste edital** que a Universidade disponibilizará no site: http://www.licitacoes.ufu.br, sendo que, a cópia pode ser retirada na Comissão Permanente de Licitações, na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, andar térreo, bloco 3P, Campus Santa Mônica, podendo ainda, ser solicitada por meio do Endereço Eletrônico: licita[@reito.ufu.br](%40reito.ufu.br).
		1. Caso o interessado opte pela cópia, os custos da mesma serão por sua conta.
1. **DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO**
	1. A(s) Licitante(s) Vencedora(s) se compromete(m) a assinar o Contrato em até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, através da Divisão de Contratos da Universidade.
	2. Caso a(s) Licitante(s) Vencedora(s) não assine(m) o(s) Contrato(s) no prazo estipulado, a Universidade poderá convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela(s) Licitante(s) Vencedora(s), inclusive quanto aos preços.
		1. A recusa injustificada da(s) Licitante(s) Vencedora(s) em assinar o(s) contrato(s), aceitar ou retirar o(s) instrumento(s) equivalente(s), dentro do prazo estabelecido pelo Setor de Acompanhamento de Contratos, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a(s) as penalidades legalmente estabelecidas.
	3. As provas de regularidade junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) deverão estar dentro do prazo de validade quando da assinatura do(s) Contrato(s), caso contrário, deverão ser atualizadas para atender aos preceitos legais.
	4. Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias da data da entrega das Propostas, sem convocação para a contratação, fica(m) a(s) Licitante(s) liberada(s) dos compromissos assumidos.
	5. Para assinatura do(s) Contrato(s), a(s) Licitante(s) convocada(s) deverá(ão) adotar os seguintes procedimentos:
		1. Enviar representante(s) oficial(is) à Divisão de Contratos, na Av. na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, 2º andar, Campus Santa Mônica, Uberlândia-MG., CEP: 38400-902, onde este(s) deverá(ão) assinar as vias do(s) Contrato(s) e todos os documentos que dele fizerem parte integrante;
		2. No caso de remessa do(s) Contrato(s) para assinatura:
			1. quando se tratar de Empresa na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, o(s) Contrato(s) e toda documentação deverão ser devolvidos, devidamente assinados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação;
			2. quando se tratar de Empresa de outra cidade, o Contrato e toda a documentação deverão ser devolvidos, devidamente assinados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data do Aviso de Recebimento (A. R.).
2. **DO PAGAMENTO**
	1. A Nota Fiscal/Fatura terá que ser emitida, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado para a Habilitação, não se admitindo Notas Fiscais/Faturas emitidas com outros CNPJs, mesmo aqueles de filiais ou matriz, salvo se, no caso de tributos e contribuições das filiais, quando, a empresa estiver autorizada a centralizá-los em sua Matriz ou Sede.
		1. Os documentos comprovando tal centralização deverão ser fornecidos pelos órgãos competentes, constando da documentação apresentada na Habilitação.
	2. O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de atestamento do documento fiscal, desde que atendidas as exigências deste Edital e o disposto no item 8.8 da Instrução Normativa nº 05, de 21/07/95, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, mediante crédito em Conta corrente bancária da **Licitante Vencedora**.
		1. Considerando que a Universidade Federal de Uberlândia efetua os pagamentos através de Ordem Bancária, **fica expressamente PROIBIDA a emissão de Duplicatas em seu nome**, sendo que, caso haja **PROTESTO EM CARTÓRIO**, caberá à Universidade além da aplicação de Penalidades conforme Capítulo IV da Lei nº 8.666/93, pedido de indenização por danos eventualmente decorrentes do Protesto.
		2. Conforme disposto no item 8.8 da Instrução Normativa nº 05, de 21/07/95, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, o Agente da Universidade fará a consulta junto ao SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), previamente à contratação e antes de cada pagamento a ser feito para a **Licitante Vencedora**, a qual deverá manter este seu Cadastro atualizado.
	3. Considerar-se-á como último dia útil para pagamento, o de emissão da respectiva Ordem Bancária pelo SIAFI (Sistema da administração Financeira do Governo Federal).
	4. O atestamento será feito pelo encarregado de receber o Objeto deste Edital, que só o fará após a constatação do cumprimento das condições estabelecidas.
	5. No pagamento serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Município.
	6. Poderá ser deduzido da Fatura / Nota Fiscal o valor de multa aplicada. Uma vez adotados os procedimentos administrativos cabíveis, se julgada procedente a defesa da **Licitante Vencedora**, o valor deduzido será devolvido.
	7. Nenhum pagamento será efetuado à **Licitante Vencedora** enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação.
3. **DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS**
	1. Ocorrendo a prorrogação, admitir-se-á o reajuste do preço contratado seguindo as regras e condições praticadas no mercado e desde que observado o interregno mínimo de um ano. O reajuste, quando acertado, deverá ser feito com base no índice de reajuste dado pelo IGP-M.
4. **ENQUADRAMENTO E HABILITAÇÃO DAS ME/MICROEMPRESAS E/OU EPPS/EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**
	1. Relativamente aos artigos 3º, e, 42 ao 45 do Capítulo V da Lei Complementar 123/2006, promulgada em 14/12/2006, que tratam do enquadramento e habilitação das ME/Microempresas e/ou EPPs/Empresas de Pequeno Porte, além da verificação automática junto à Receita Federal do porte da Empresa, refletida no Sistema após o encerramento da fase de lances, a(s) Licitante(s), no ato de envio de sua proposta, em campo próprio do Sistema “COMPRASNET”, deverá declarar que atende os requisitos do artigo 3º para fazer jus aos benefícios previstos na referida Lei.
	2. Ainda no que tange à habilitação, o favorecimento estabelecido nos artigos 42 e 43 permite a(s) Licitante(s), ME/EPP, entregar a documentação com possíveis restrições, as quais deverão ser sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por mais 2 (dois) dias quando for o caso.
		1. A habilitação é um procedimento do pregoeiro, não implicando em qualquer alteração do Sistema, além da declaração já mencionada.
	3. Relativamente ao empate entre Licitantes de médio e grande porte e ME/EPP, previstos nos artigos 44 e 45, o Sistema de Pregão Eletrônico passa a disponibilizar funcionalidade que, após o encerramento da fase de lances, identificará em coluna própria as ME/EPP participantes, fazendo a comparação entre os valores da primeira colocada, caso esta não seja uma ME/EPP, e das demais ME/EPPs na ordem de classificação.
	4. A proposta que se encontrar na faixa até 5% (cinco por cento) acima da proposta de menor preço estará empatada com o primeiro colocado e terá o direito, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo Sistema, de encaminhar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo do primeiro colocado para o desempate.
	5. Para viabilizar tal procedimento, o Sistema selecionará os itens com tais características, disponibilizando-os automaticamente nas telas do pregoeiro e Licitante, encaminhando mensagem também automática, por meio do *chat*, convocando a ME/EPP que se encontra em segundo lugar, a fazer sua última oferta no prazo de 5 (cinco) minutos sob pena de decair do direito concedido.
	6. Caso a ME/EPP classificada em segundo lugar desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o Sistema convocará as demais ME/EPPs participantes na mesma condição, na ordem de classificação.
	7. Havendo êxito neste procedimento, o Sistema disponibilizará a nova classificação das licitantes para fins de aceitação.
	8. Não havendo êxito, ou não existindo ME/EPP participante, prevalecerá a classificação inicial.
	9. Caso sejam identificadas propostas de ME/EPPs empatadas em segundo lugar, ou seja, na faixa dos 5% da primeira colocada, e permanecendo o empate até o encerramento do item, o Sistema fará um sorteio eletrônico entre tais fornecedores, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.
	10. A negociação de preço junto ao Licitante classificado em primeiro lugar, quando houver, será sempre após o procedimento de desempate de propostas e classificação final das Licitantes participantes.
5. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
	1. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital.
	2. A presente Licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato supervenientes devidamente comprovados, ou anulados no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
	3. O Pregoeiro, no interesse da Administração, poderá relevar omissões puramente formais observadas na documentação e Proposta, desde que não contrariem a Legislação vigente e não comprometa a lisura da Licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
	4. Ocorrendo, em qualquer hipótese, a negativa do fornecimento do Objeto desta licitação por parte da **Licitante Vencedora**, o mesmo poderá ser adjudicado às Licitantes remanescentes, na ordem de classificação e de acordo com as Propostas apresentadas, sem prejuízo às demais sanções previstas em lei.
	5. Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas eventualmente suscitadas, relativas às orientações contidas no presente Edital, poderão ser solicitados, por escrito, ao Pregoeiro, através Fax (34) 3239 4831 ou e-mail: licita@reito.ufu.br.
	6. No caso de ocorrência de feriado nacional, estadual ou municipal, ou de falta de expediente na Universidade, no dia previsto para a Abertura das Propostas, o ato ficará automaticamente transferido para o primeiro dia útil seguinte, no mesmo local e horário.
	7. As Licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação das propostas, independente da condução ou resultado do Processo Licitatório.
	8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e se incluirá o do vencimento.
	9. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, nos regulamentos que vierem a ser adotados e, ainda, nas normas técnicas gerais ou especiais aplicáveis.

Uberlândia, 18 de março de 2015.



**Luiz Roberto Souza Vieira**

**Diretor de Compras e Licitações**

**Universidade Federal de Uberlândia**

**MODELO 1 - ANEXO I – DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS**

..........................................., inscrita no C.N.P.J. sob o nº ................................, com sede , em cumprimento ao exigido na Pregão Eletrônico nº 015/2015 declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem Fatos Impeditivos para sua Habilitação no presente Processo Licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Uberlândia,       de       de 2015.

Nome e número da RG e do C.P.F. do declarante

Cargo / Função na Empresa

**MODELO 2 - ANEXO II - DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR DE 16 ANOS**

Ref. Pregão Eletrônico n º 015/2015

(Identificação da Licitante)

.............................................................................................., inscrita no CNPJ Nº ..........................................., por intermédio de seu Representante Legal (a) Sr. (a) ........................................................................................., portador(a) da Carteira de Identidade nº .............................................. e do CPF nº ..........................................., declara, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999,que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de dezesseis anos

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( )\*

...............................................

(data)

Nome e número da RG e do C.P.F. do declarante

Cargo / Função na Empresa

(\*Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

**MODELO 3 - ANEXO III - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**Pregão Eletrônico nº:** 015/2015

**Processo:** 23117.00614/2015-74

**(Identificação da Licitante)**, por meio de seu representante **(Identificação completa do representante da licitante)**, devidamente constituído doravante denominado Licitante, para fins do disposto no item 5.1. do Edital na modalidade de nº 015/2015 declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

a proposta apresentada para participar da licitação na modalidade de nº 015/2015 foi elaborada de maneira independente pela Licitante **(Licitante)** e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação na modalidade de nº 015/2015, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da licitação na modalidade de nº 015/2015 não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação na modalidade de nº 015/2015, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da licitação na modalidade de nº 015/2015 quanto a participar ou não da referida licitação;

que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação na modalidade de nº 015/2015 não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da da licitação na modalidade de nº 015/2015 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

que o conteúdo da proposta apresentada para participar da licitação na modalidade de nº 015/2015 não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante da Universidade Federal de Uberlândia antes da abertura oficial das propostas; e

que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Uberlândia,       de       de 2015.

 (representante legal da licitante, no âmbito da licitação, com identificação completa)

**ANEXO IV - TERMO DE REFERÊNCIA**

# **INTRODUÇÃO**

# A contratação será efetivada **conforme detalhamento e exigências do Projeto Básico**, parte integrante desta licitação, que se encontra disponível **à parte deste edital, de acordo com o item 22.2.**

# **JUSTIFICATIVA**

* 1. Necessidade de atender a diversas Unidades da Universidade Federal de Uberlândia.
1. **OBJETO**
2. **Prestação de serviços visando à contratação de empresa especializada em prestação de serviços de controle de cupins nas dependências da UFU / Universidade Federal de Uberlândia, nos campi e unidades isoladas em Uberlândia/mg, e prestação de serviços de controle de pragas, desinsetização e desratização nas dependências da Universidade Federal de Uberlândia, unidades externas aos campi e em veículos (ônibus) pertencentes à instituição, conforme Projeto Básico**
3. **ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO**
	1. Da modalidade escolhida **PREGÃO ELETRÔNICO**: O objeto deste termo caracteriza-se por **"serviço comum**", visto ser possível descrevê-lo de forma objetiva e clara podendo ser adquirido pelo MENOR PREÇO sem afetar a análise da qualidade do objeto licitado ou importe prejuízos ao interesse público, assim a **Universidade** adotou a regra geral da licitação, ou seja, Pregão eletrônico.
4. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
	1. As despesas para atender ao objeto desta licitação, correrão à conta do Orçamento Geral de União, ou seja:
		* 1. **PTRES: 87634**
			2. **Elemento de Despesa:** **3390-39**
			3. **Fonte: 0112.**
		1. As despesas para os demais exercícios estarão submetidas à dotação orçamentária própria prevista para atendimento a presente finalidade, a ser consignada à Universidade na Lei Orçamentária da União.

# **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

* 1. Visando à execução do objeto deste Termo a **Licitante Vencedora** se obriga a:
		1. Acatar todas as exigências da Universidade Federal de Uberlândia, sujeitando-se à ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados;
		2. Responder pelos danos causados diretamente à Universidade Federal de Uberlândia ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços.
	2. Visando à execução do objeto deste Termo, a **Universidade** se obriga a:
		1. Exercer a fiscalização dos serviços;
		2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitado pelos empregados da **Licitante Vencedora.**
	3. Além das obrigações acima citadas, a(s) **Licitante(s) Vencedora(s)** deverá atender ainda as obrigações descritas no Projeto Básico, Edital e seus anexos.

# **ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES**

* 1. A **Licitante Vencedora** ficará obrigada a aceitar as alterações previstas no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse da **UFU**, com a apresentação das devidas justificativas.

# **RESCISÃO DO CONTRATO**

* 1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
		1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da **Licitante Vencedora,** a **Universidade** poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
		2. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a **Licitante Vencedora** terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de a **UFU** adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

# **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

* 1. A contratação fundamenta-se nas Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/1993 e vincula-se ao Edital e a todos os anexos do Pregão Eletrônico n.º 015/2015, constante do processo 23117.000614/2015-74, bem como à proposta da **Licitante Vencedora**.

# **LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

* 1. A **UFU** realizará o pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias corridos contados do atestamento da Nota Fiscal, que somente será realizado após o recebimento definitivo do material.

# A UFU, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à **Licitante Vencedora**, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela **Licitante Vencedora**, nos termos deste termo de referência.

1. **DA ADJUDICAÇÃO**
	1. A adjudicação do objeto deste Edital será feita ao licitante que ofertar o **MENOR PREÇO.**

# **SANÇÕES**

* 1. A **Licitante Vencedora** será punida com o impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e ser descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo e no Edital e demais cominações legais, nos seguintes casos:
		1. apresentação de documentação falsa;
		2. retardamento da execução do objeto;
		3. falhar na execução do objeto;
		4. fraudar na execução do objeto;
		5. comportamento inidôneo;
		6. reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
		7. declaração falsa;
		8. fraude fiscal.
	2. Para condutas descritas nos itens 12.1.1, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 serão aplicadas multa de no máximo 30% do valor do empenho.
	3. Para os fins dos itens 12.1.2 e 12.1.3. será aplicada multa nas seguintes condições:
	4. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do empenho por dia de atraso na execução dos serviços, até no máximo de 15% (quinze por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
		+ 1. caso o atraso seja motivado por serviços em desconformidade com as condições, especificações e obrigações deste Termo, somar-se-á àquela multa o valor equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do empenho;
	5. No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a **Universidade**, garantida a prévia defesa, aplicar-se á, as sanções previstas no Edital.
	6. Após o trigésimo dia de atraso, a **UFU** poderá rescindir a execução do objeto contratado, caracterizando-se a inexecução total do contrato.
	7. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à **Licitante Vencedora**.
	8. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a **Licitante Vencedora** obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.
	9. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela **Licitante Vencedora** à **UFU**, a **Licitante Vencedora** será encaminhada para inscrição em dívida ativa.
	10. Além das sanções citadas acima, a(s) **Licitante(s) Vencedora(s)** ficará(ão) sujeita(s), ainda, às penalidades descritas no Edital, e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.

# **FISCALIZAÇÃO/ATESTAÇÃO**

* 1. A execução, o recebimento, a atestação e a fiscalização dos serviços serão exercidos, por meio de servidores designados para este fim, aos quais compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do objeto, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à **Licitante Vencedora**, conforme determina o art. 67, da Lei nº 8.666/1993, e suas alterações.
	2. A fiscalização do objeto será exercida por servidores especialmente designados, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo na forma prevista na Lei nº 8.666/93.
	3. Não obstante ser a **Licitante Vencedora** a única e exclusiva responsável pela execução do objeto, a **Universidade** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização.
	4. Cabe a **Licitante Vencedora** manter preposto aprovado pela **Universidade** através da fiscalização durante toda a execução do objeto, para representá-lo sempre que for necessário.
	5. Cabe à **Licitante Vencedora** atender prontamente e dentro do prazo estipulado quaisquer exigências do Fiscal ou do substituto inerentes ao objeto desta licitação, sem que disso decorra qualquer ônus extra para a **Universidade**, não implicando essa atividade de acompanhamento e fiscalização qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da **Licitante Vencedora**, que é total e irrestrita em relação ao objeto executado, inclusive **Licitante Vencedora** e perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do ajuste.
	6. A atividade de fiscalização não resultará, tampouco, e em nenhuma hipótese, em corresponsabilidade da **Universidade** ou de seus agentes, prepostos e/ou assistentes.
	7. Os serviços/produtos/ bens, bem como a execução do objeto, deverão estar rigorosamente dentro das normas vigentes e das especificações estabelecidas pelos órgãos competentes e pela **Universidade Federal de Uberlândia**, sendo que a inobservância desta condição implicará a sua recusa, bem como na sua devida adequação/substituição e/ou refazimento, sem que caiba à **Licitante Vencedora** qualquer tipo de reclamação ou indenização.
	8. As decisões e providências que ultrapassem a competência do Fiscal do contrato serão encaminhadas à autoridade competente da **Universidade** para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 67, da Lei nº. 8.666/93.
1. **CONSIDERAÇÕES GERAIS**
	1. Todo e qualquer material/equipamento/serviço ofertado terá que ser obrigatoriamente dentro das especificações solicitadas no Edital.
	2. A participação do fornecedor no item implicará rigorosamente no aceite das condições do item anterior, não sendo possível de maneira alguma o aceite de outro material/equipamento/serviço que não seja o da descrição solicitada no Edital e seus anexos.
	3. Será punido rigorosamente dentro da Lei de Licitações aquele que violar as regras e condições editalícias, bem como, ofertar material/equipamento fora das condições solicitadas.
	4. Será desclassificado automaticamente na abertura da sessão pública, o participante que alterar o valor da forma de disputa do certame que foi determinado no Edital e seus anexos (Ex: valor total por item, ou valor global por serviço ou item).

# **DESCRIÇÃO DO ITEM, ESTIMATIVA DE HORAS E VALOR REFERÊNCIA**

# Os custos mencionados foram pesquisados no comércio, estando os mesmos comprovados no respectivo Processo Licitatório.

# Considerando o preço de mercado apurado por esta Universidade, temos o seguinte valor referência:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **ITEM** | **DESCRIÇÃO** | **QTDE** | **UNID.** | **VR. REFERÊNCIA** |
| **TOTAL** |
| 1 | **DESCUPINIZAÇÃO** DOS CAMPI DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU), UTILIZAR AO LONGO DAS INSTALAÇÕES INTERNAS E EXTERNAS SOLUÇÃO DE INSETICIDA DE AÇÃO RESIDUAL, COM A FINALIDADE DE IMPEDIR A INSTALAÇÃO E PROLIFERAÇÃO DOS INSETOS. COMPLEMENTAR O TRABALHO COM APLICAÇÃO DE SUBSTÂNCIAS NOS AMBIENTES INTERNOS E EXTERNOS E SEUS RESPECTIVOS COMPARTIMENTOS. OS PRODUTOS SERÃO APLICADOS SEM QUE AS PESSOAS NECESSITEM DESOCUPAR O AMBIENTE, EXCETO EM CASOS EXTRAORDINÁRIOS APÓS AUTORIZAÇÃO DOS FISCAIS DO CONTRATO. APLICAR O INSETICIDA NAS SUPERFÍCIES HORIZONTAIS E VERTICAIS DOS LOCAIS AFETADOS E TAMBÉM ONDE MAIS FOR NECESSÁRIO PARA SE COMPLETAR O TRABALHO. **CONFORME PROJETO BÁSICO.** | 1 | SV | 97.812,00 |
| 2 | PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO** COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATÉRIA PRIMA, FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO, **CONFORME PROJETO BÁSICO.** | 1 | SV | 185.909,16 |

# **17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

# 17.1 Diretoria de Compras e Licitações / DIRCL

**ANEXO V – MINUTA CONTRATUAL**

**INSTRUMENTO CONTRATUAL DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE** **Nº** **/20****15, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO COMO CONTRATANTE, A UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA E, DE OUTRO LADO COMO CONTRATADA.**

#### Processo: 23117.000614/2015-74

Pregão Eletrônico: 015/2015

Pelo Presente Instrumento, de um lado a **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA,** em atendimento à unidade gestora - **HOSPITAL DE CLÍNICAS**, fundação pública integrante da Administração Federal Indireta, instituída pelo Decreto-Lei nº. 762, de 14 de agosto de 1969, com as alterações introduzidas pela Lei nº. 6.532, de 24 de maio de 1978, com sua Reitoria sita na Av. João Naves de Ávila, nº. 2121, Bloco 3P, Campus Santa Mônica, Uberlândia, Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 25.648.387/0002-07, neste ato representado pelo seu Reitor, o Professor Alfredo Julio Fernandes Neto, nomeado pelo Decreto Presidencial de 05 de novembro de 2008, portador da Cédula de Identidade nº. MG-45760 e inscrito no CPF sob o nº. 240.345.096-00, residente e domiciliado nesta cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na Rua Francisco Sales, nº. 335, Apto. 601, Bairro Martins, CEP: 38400-440, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE,** e, de outro lado, a empresa , doravante denominada **CONTRATADA** perante as testemunhas “in fine” firmadas, pactuam o presente contrato de prestação de serviços**,** de acordo com as formalidades constantes do Processo de Licitação nº 23117.000614/2015-74, na modalidade Pregão Eletrônico nº 015/2015, que se regerá pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, demais normas pertinentes e aplicáveis à matéria, conforme a seguir:

1. **PRIMEIRA - DO OBJETO**

Prestação de serviços de controle de pragas, desinsetização/desratização, limpeza e desinfecção química de caixas, células e reservatórios d'água, nas dependências e demais unidades externas de atendimento pertencentes ao Hospital de Clínicas da CONTRATANTE, com fornecimento de mão de obra especializada, equipamentos todos os insumos necessários para execução do serviço, conforme Projeto Básico, integrante deste Instrumento como se aqui estivesse integralmente transcrito.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS NORMAS CONTRATUAIS**

1. Os serviços serão executados de acordo com a as condições estabelecidas no **Projeto Básico,** e nos demais documentos que fazem parte do Processo nº 23117.001710/2012-97.
2. Quando do início das atividades, a **CONTRATADA** indicará um preposto, que ficará responsável pelo gerenciamento deste contrato, para soluções de problemas inerentes à execução de seu objeto.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

* 1. Visando a execução do objeto deste contrato, a **CONTRATADA** se obriga a:
		1. Fornecer cópia do Alvará Sanitário atualizado, fornecido pelo órgão competente.
		2. Fornecer alvará de localização emitido pelo órgão municipal competente.
		3. Atender a legislação sanitária vigente no âmbito municipal, estadual e federal.
		4. A Atender na íntegra a legislação sanitária vigente, contemplando também as RDC’s ANVISA, nº 052 de 22 de outubro de 2009 e suas atualizações; RDC nº 20 de maio de 2010 (ambas revogaram a RDC 18/2000) sem prejuízo das demais legislações citadas.
		5. Fornecer cópia da AFE/ANVISA atualizado ou comprovante de isenção.
		6. Fornecer Certificado de Responsabilidade Técnica (CRT) emitido pelo conselho de classe do profissional responsável técnico pela empresa.
		7. Fornecer mensalmente o **Laudo Técnico e Certificado do mês anterior,** da desinsetização, desratização, contendo relatório das atividades realizadas, discriminação dos produtos utilizados e diluição, níveis de infestação, medidas corretivas, descarte de embalagens e outras informações necessárias.
		8. Fornecer certificado, laudo técnico, constatando a limpeza e higienização das caixas, células e reservatório d’água, informando data, procedimentos e normas para efetuação dos mesmos e assinado pelo técnico responsável.
		9. Refazer o serviço de limpeza e higienização das caixas, células e reservatório d’água quando o laudo técnico apresentar alguma anormalidade, sem ônus para a CONTRATANTE.
		10. Apresentar a cada higienização dos reservatórios, células e caixas d'águas, laudo técnico de checagem da vedação dos mesmos.
		11. Elaborar e apresentar a **CONTRATANTE** uma cópia do MPOP (Manual de Procedimento Operacional Padronizado), contendo descrição da forma de execução dos serviços de desratização e dedetização e para a limpeza dos reservatórios, células e caixa d´água; equipamentos utilizados. **Obs.: O MPOP deverá ser apresentado aos fiscais do contrato, na primeira reunião que será realizada entre a contratada e a Gestão de Contratos**.
		12. Apresentar ficha técnica dos produtos químicos; cópia do Registro no Ministério da Saúde; cópia da AUP; primeiros socorros em caso de acidente; procedimento de recolhimento de descarte de embalagens, produtos químicos e vetores capturados; modelo de relatórios diários de monitoramento de desratização; mapa do controle de vetores com identificação e localização dos portas-isca instalados.
		13. Designar preposto para representar a CONTRATADA nas questões pertinentes a gestão do contrato.
		14. Designar e informar por escrito à fiscalização do contrato a equipe de funcionários da CONTRATADA que executarão atividades objeto deste Projeto básico. Qualquer alteração na relação de funcionários designados para efetuar os serviços, informar aos fiscais da CONTRATANTE os respectivos nomes.
		15. Apresentar à **CONTRATANTE**, programa de treinamento/capacitação dos colaboradores, contemplando conteúdo ministrado, carga horária definida, data da realização.
		16. Apresentar à **CONTRATANTE**, controle de entrega dos Equipamentos de Proteção Individual para cada um dos funcionários e lista de presença nos treinamentos dos funcionários sobre o uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual – EPI – de acordo com NR-6 e sobre Espaço confinado de acordo com NR-33.
		17. Orientar seus funcionários, para que se apresentem nas instalações da **CONTRATANTE** para execução dos serviços, devidamente uniformizados e identificados através de crachá, com fotografia recente, e provendo-o dos **Equipamentos de Proteção Individual – EPIs**.
		18. Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente;
		19. Dar ciência imediata e por escrito à **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços, prestar esclarecimentos que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações sobre seus serviços.
		20. Apresentar à **CONTRATANTE**, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA – e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO –, para o Setor de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT) acompanhar e avaliar se as normas da NR-32 estão sendo cumpridas. **Obs.: O PPRA E O PCMSO deverão ser apresentados aos fiscais do contrato, na primeira reunião que será realizada entre a contratada e a Gestão de Contratos**.
		21. Apresentar relação de máquinas, equipamentos e utensílios em geral, que serão utilizados no programa diário de trabalho.
		22. Apresentar à CONTRATANTE cópia de toda a documentação da composição química dos produtos e suas amostras a serem utilizados. Utilizar somente produtos com registro nos órgãos sanitários competentes (MS ANVISA), registro no Diário Oficial e ficha técnica. No caso de soluções desinfetantes, os laudos de eficácia antimicrobiana, realizados em laboratórios credenciados pela ANVISA. Os produtos só serão autorizados para uso após análise e autorização da Comissão de Infecção Hospitalar e validados pela Gerência de Risco e demais responsáveis técnicos da CONTRATANTE.
	2. Visando à execução deste Projeto básico, a **CONTRATANTE** se obriga a:
		1. Responsabilizar-se pela emissão de ordem de serviços conforme cronograma definidos entre as partes.
		2. Acompanhar os funcionários da **CONTRATADA** nos locais que serão identificados e instalados as armadilhas, com sua respectiva numeração.
		3. Fornecer funcionário designado pela Gestão da Bioengenharia para retirada e recolocação de telhas, abertura e fechamento de escotilhas quando necessário, (acompanhamento e liberação da área atendendo as instruções prévias fechamento de registros e válvula, etc.) passadas pela **CONTRATADA**.
		4. Responsabilizar-se pelos problemas hidráulicos e/ou físicos (entupimentos de canos, bóias, vazamentos em registros, defeitos em mantas de impermeabilização, etc.) decorrentes do estado de conservação e tempo de vida dos equipamentos e tubulações existentes.
		5. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados e nomeados por Portaria, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo na forma prevista na Lei nº 8.666/93.
		6. Notificar, por escrito, à **CONTRATADA** a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.
		7. Permitir aos funcionários da **CONTRATADA** ter livre acesso nas áreas onde os serviços serão executados, desde que, dentro das datas e horários agendados e devidamente identificados de modo a viabilizar a prestação de serviços durante o horário de expediente ou fora dele, quando solicitados pelos setores competentes.
		8. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da **CONTRATADA**.

**CLÁUSULA QUARTA – FATURAMENTO, CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO.**

* 1. **Do Preço** – O valor mensal para a contratação dos serviços de limpeza é de R$       (     ), perfazendo um valor global de R$       (     ).
	2. **Da Forma de** **Pagamento**
		1. A Nota Fiscal / Fatura deverá, **obrigatoriamente**, ser emitida em nome da **Universidade Federal de Uberlândia / Hospital de Clínicas, CNPJ nº. 25.648.387/0002-07**.
		2. O pagamento será efetuado, **mensalmente**, no prazo de 8 (oito) dias úteis, contados da data de atestamento do documento fiscal, desde que atendida todas obrigações previstas neste Instrumento e no Projeto Básico, mediante crédito em conta corrente Bancária da **CONTRATADA**, por meio do Banco do Brasil S/A.
		3. Caso haja atraso no encaminhamento da Nota Fiscal para pagamento, por erro em sua emissão, será considerado para pagamento o último atestamento.
		4. Considerar-se-á como último dia para pagamento, o de emissão da respectiva ordem bancária pelo SIAFI (Sistema de Administração Financeira do Governo Federal).
		5. O atestamento será feito pelo Fiscal do contrato da contratação, que só o fará após a constatação do cumprimento das condições estabelecidas.
		6. A cada pagamento serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes.
		7. A retenção do ISS (Imposto sobre Serviços) será feita para o município de Uberlândia, mesmo que a empresa tenha sua sede em outra localidade.
		8. Poderá ser deduzido da fatura/nota fiscal o valor de multa aplicada, uma vez adotados os procedimentos administrativos cabíveis, se julgada procedente a defesa da Licitante Vencedora o valor deduzido será devolvido.
		9. Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA** enquanto estiver pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

* 1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, ou seja:
		+ **PTRES**:
		+ **Elemento de Despesa**: 3390-39
		+ **Fonte de Recursos**:
		+ **Nota de Empenho nº:**      , datada de       de       de 20 .
	2. As despesas dos exercícios subsequentes correrão à conta da Dotação Orçamentária consignada para essa atividade no respectivo exercício.

## CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses e iniciar-se-á na data de sua assinatura, ou seja, de **de** **de 20** até **de      de 20**, podendo, por interesse da **CONTRATANTE**, ser prorrogado por meio de Termo Aditivo, até o limite de 60 meses, conforme dispõe o Inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS

* + 1. Se correndo a prorrogação, admitir-se-á repactuação do preço contratado às regras e condições praticadas no mercado e desde que observado o interregno mínimo de um ano, cabendo à CONTRATADA justificar e comprovar eventual variação dos custos, apresentando inclusive a Memória de Cálculo e Planilhas apropriadas, para análise e posterior aprovação da **CONTRATANTE**.

## CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

* 1. No caso de inadimplência ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com a **CONTRATANTE**, garantida a prévia defesa, aplicar-se á, as seguintes sanções:
		1. Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por ocorrência de fato em desacordo com o estabelecido neste Edital e na proposta da **CONTRATADA** até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor total a ser contratado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, uma vez comunicados oficialmente;
		2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial;
		3. Suspensão Temporária para participar de Licitações e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Uberlândia;
		4. Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sendo a reabilitação concedida sempre que a **CONTRATADA** ressarcir a Universidade Federal de Uberlândia pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.
		5. Impedimento de licitar e de contratar com a Universidade Federal de Uberlândia, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, à **CONTRATADA** que:
			1. Ensejar o retardamento do fornecimento do objeto deste Contrato;
			2. Não mantiver a proposta, injustificadamente;
			3. Comportar-se de modo inidôneo;
			4. Fizer declaração falsa;
			5. Cometer fraude fiscal;
			6. Falhar ou fraudar na execução do Contrato.
		6. Pelos motivos que seguem principalmente, a **CONTRATADA** estará(ao) sujeitas às penalidades tratadas na condição anterior:
		7. Pelo descumprimento dos prazos e condições previstos neste Contrato.
		8. Além das penalidades citadas **CONTRATADA** ficará(ão) sujeita(s), ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei nº 8.666/93.
		9. As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Uberlândia, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar coma Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
		10. Além das penalidades acima, a **CONTRATANTE**, por meio do(s) fiscal(is) do contrato procederá:
			1. Anotará em registro próprio (Instrumento de procedimentos de fiscalização) todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das ocorrências;
				1. Pelo não cumprimento das metas estabelecidas, nos quesitos atrasos e faltas de funcionários, não utilização de equipamento obrigatório, deverão ser descontados o valor correspondente em horas proporcionalmente ao custo do posto de serviço, conforme planilha de custos;
				2. Para as ocorrências, serão lavradas notificações correspondentes (advertências), com definição de prazo estipulado para correção das irregularidades, sob pena de cobrança de multa;
				3. As ocorrências que de forma direta ou indiretamente vierem prejudicar as metas e objetivos da **CONTRATANTE**, e permanecendo na reincidência, além das penalidades de Advertência e multa, ficará passível das demais penalidades prevista no instrumento contratual, inclusive a rescisão Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

* 1. A inexecução total ou parcial deste contrato ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80 da Lei no 8.666/93;
	2. A rescisão deste contrato poderá ser:
		1. Determinada por ato unilateral e escrito da **CONTRATANTE**, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei mencionada, notificando-se a **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 30 (trinta) dia.
		2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a **CONTRATANTE**;
		3. Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria;A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;
	3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DAS ALTERAÇÕES

Este Contrato somente sofrerá alterações ante circunstâncias de fatos supervenientes, consoante disposições do Art. 65, da Lei nº 8.666, de 1993 e suas alterações posteriores, por meio de Termo Aditivo, numerados em ordem crescente e publicados no Diário Oficial da União.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

* 1. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo(a)       na condição de representante da **CONTRATANTE**;
	2. Serão nomeados os seguintes fiscais:

* + 1. , CPF:      , SIAPE nº.      ;
		2. , CPF:      , SIAPE nº.      ;
	1. Durante a vigência do contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada pelo(a) **CONTRATANTE**, na condição de representante da **CONTRATANTE**;
	2. A **CONTRATADA** deverá manter um preposto aprovado pela **CONTRATANTE**, através da fiscalização, durante toda a execução do objeto, para representá-lo sempre que for necessário.
	3. Aos fiscais compete:
		1. Exigir o cumprimento de todas as cláusulas deste Instrumento;
		2. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da **CONTRATADA** que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;
			1. As decisões e Providências que ultrapassarem a competência do(a)       será repassada para a       da **CONTRATANTE**, em tempo hábil, para a adoção das medidas cabíveis;
		3. Promover reuniões com o(s) representante(s) da **CONTRATADA** definindo procedimentos para o perfeito desenvolvimento dos trabalhos;
		4. Fiscalizar e acompanhar a execução dos serviços;
		5. Organizar arquivos contendo toda a documentação pertinente;
		6. Registrar e controlar diariamente a assiduidade e a pontualidade dos funcionários da **CONTRATADA**;
		7. Receber, conferir, atestar e encaminhar a nota fiscal/documentos de cobrança para pagamento;
			1. O ato de atestar se concretiza com a declaração, a data, o nome legível e o número da Portaria que o nomeou fiscal, na nota fiscal/fatura ou documento equivalente.
			2. Ao atestar o recebimento do objeto, o Fiscal deve verificar se os serviços foram executados conforme as especificações previstas contratualmente, de forma a evitar a ocorrência de falhas e irregularidades que acabem ocasionando a execução incompleta do objeto.
			3. A Fatura deverá ser encaminhada, pelo fiscal da **CONTRATANTE**, para pagamento, acompanhada do Formulário de Solicitação de Pagamento de Contrato (FSPC), devendo no mesmo constar o número deste Contrato;
				1. A Fatura deverá ser encaminhada a DCONT / Divisão de Contratos da **CONTRATANTE,** na Av. João Naves de Ávila, nº 2121, 2º andar, Campus Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP: 38400-902.
		8. Fiscalizar a boa aparência dos empregados, cobrando o uso de uniforme e/ou crachá, quando for o caso;
		9. Notificar a **CONTRATADA**, em caso de irregularidades que surgir durante a vigência contratual, a tudo dando ciência à Administração, através do DCONT Divisão de Contratos, sendo que em caso de inadimplência da **CONTRATADA**, sejam aplicadas as sanções previstas neste Contrato.
		10. Velar pela manutenção do valor global do contrato, a fim de evitar acréscimo superior ao limite de 25% (vinte e cinco por cento) do montante inicial contratado devidamente atualizado.
			1. Caberá a **CONTRATADA** a responsabilidade de também acompanhar o valor global estimado, sendo que, a **CONTRATANTE** não pagará valor excedente aos 25% (vinte e cinco por cento), conforme item acima.
		11. Acompanhar a vigência contratual, providenciando a sua prorrogação em tempo hábil, quando admitida;
			1. A prorrogação só será efetivada caso haja interesse e vantagem para a **CONTRATANTE**, devendo o Fiscal demonstrar, justificadamente, que a renovação contratual se afigura vantajosa para a **CONTRATANTE**, de acordo com as práticas de mercado, não havendo superfaturamento e nem prejuízo para a **CONTRATANTE**.
		12. Acompanhar e recusar subcontratação dos serviços, sendo vedada à mesma;
		13. Verificar a qualidade dos materiais empregados e dos serviços executados;
		14. Verificar as quantidades dos materiais empregados e dos serviços executados,
		15. Evitar acréscimos e supressões desnecessários;
		16. Acompanhar e providenciar o ressarcimento à **CONTRATANTE**, pelos danos, que a **CONTRATADA**, der causa a Administração ou a terceiros.
			1. A **CONTRATADA** deve facilitar a fiscalização, permitindo amplo acesso ao objeto em execução e atendendo prontamente às solicitações da Administração, através do(s) fiscal(is) designado(s) para este fim.
			2. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da **CONTRATANTE** ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá a **CONTRATANTE** a publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União, conforme dispõe a legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ainda que modificados os domicílios das partes, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, depois de lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente contrato em 4 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas para que se produzam os seus jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente Contrato em todas as suas Cláusulas, por si e seus sucessores, dando-o por firme, bom e valioso a qualquer tempo, em Juízo e fora dele.

Uberlândia,       de       de 2015.

|  |  |
| --- | --- |
| **UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA** | **CONTRATADA** |
| Prof. Alfredo Julio Fernandes Neto |  |
| Reitor |  |

**TESTEMUNHAS**

|  |  |
| --- | --- |
| **Nome:** **CPF:**  | **Nome:** **CPF:**  |